



**MENSAGEM Nº 009/2026**

Fundão/ES, 11 de fevereiro de 2026.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Tenho a grata satisfação de encaminhar a essa egrégia casa de lei, em **regime de urgência**, o incluso projeto de Lei que tem por finalidade a alteração da Lei Municipal n.º 447/2007, ampliando o número de vagas para o cargo de Bibliotecário.

A presente proposição tem como objetivo principal atender às demandas da Rede Municipal de Ensino, especialmente no que se refere à estruturação e ao funcionamento adequado das bibliotecas escolares. A ampliação das vagas permitirá que unidades escolares do sistema municipal de ensino possam contar com profissional habilitado, garantindo o pleno funcionamento das bibliotecas e o desenvolvimento de políticas de incentivo à leitura, pesquisa e formação cultural dos estudantes.

Cumpre destacar que a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010, dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, estabelecendo que todas as instituições de ensino públicas e privadas deverão contar com bibliotecas, bem como acervo mínimo e organização adequada, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado. Assim, a ampliação do quadro de bibliotecários no âmbito municipal constitui medida necessária para o cumprimento da legislação federal, evitando eventual responsabilização do ente público e garantindo a observância do ordenamento jurídico vigente.

Além disso, o projeto promove alteração na Lei Municipal nº 447/2007, para incluir expressamente como requisito de investidura no cargo o diploma de curso superior em Biblioteconomia e a inscrição regular no respectivo Conselho de Classe. Tal adequação visa alinhar a legislação municipal às exigências legais da profissão, conferindo maior segurança jurídica ao provimento do cargo e assegurando que os profissionais admitidos possuam a formação técnica e habilitação legal necessárias ao exercício das atribuições.

A presença do bibliotecário nas escolas transcende a mera organização do acervo, sendo fundamental para a implementação de projetos de leitura, formação de leitores críticos, apoio pedagógico aos docentes e desenvolvimento de competências informacionais dos alunos. Trata-se, portanto, de investimento direto na qualidade da educação pública municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Diante do exposto, considerando a necessidade de adequação à legislação federal, o fortalecimento da política educacional do Município e a importância de assegurar o pleno funcionamento das bibliotecas escolares, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

**Eleazar Ferreira Lopes**

Prefeito de Fundão

Ao Excelentíssimo Senhor

**Vilcimar Correa**

Presidente da Câmara Municipal de Fundão/ES



## PROJETO DE LEI Nº 010/2026

***“Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal n.º 447/2007, ampliando o número de vagas para o cargo de Bibliotecário.***

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO**, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O Anexo A-18 da Lei Municipal nº 447/2007 passa a vigorar com a alteração do cargo abaixo:

<b>Cargo</b>	<b>Nº de Vagas</b>	<b>Nível</b>	<b>Carga Horária</b>
Bibliotecário	8	07	40h semanais

**Art. 2º** O Anexo A-19 passa a vigorar com alteração das atribuições e os requisitos para investidura do cargo de Bibliotecário:

### **NÍVEL SUPERIOR**

<b>BIBLIOTECÁRIO</b>
<b>Jornada de trabalho:</b> 40 horas semanais;
<b>REQUISITOS:</b> Ensino Superior completo em Biblioteconomia e Registro Ativo no Conselho de Classe.
Diploma devidamente registrado de conclusão de graduação de nível superior em Biblioteconomia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e registro profissional no órgão de classe competente.
<b>DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:</b>
1 - Planejar, organizar, manter e atualizar o acervo da biblioteca escolar, observando as normas técnicas de catalogação, classificação e indexação;
2 - Realizar o controle de empréstimos, devoluções, reservas e conservação do acervo; planejar e executar políticas de desenvolvimento de coleções, aquisição e descarte de materiais bibliográficos e multimídia;



- 3 - Apoiar o corpo docente na utilização de recursos informacionais para as atividades pedagógicas;
- 4 - Orientar alunos e professores na pesquisa escolar e no uso ético da informação;
- 5 - Desenvolver projetos e atividades de incentivo à leitura, cultura e formação de leitores;
- 6 - Promover a alfabetização informacional e a competência em informação dos usuários; organizar exposições, eventos literários e campanhas de valorização da leitura;
- 7 - Elaborar relatórios, estatísticas e planos de trabalho da biblioteca, alinhados ao projeto político-pedagógico da escola;
- 8 - Manter atualizados os sistemas informatizados de gerenciamento de acervo e de usuários (quando houver);
- 9 - Zelar pela conservação do espaço físico, mobiliário e equipamentos da biblioteca;
- 10 - Coordenar e supervisionar estagiários, auxiliares e voluntários quando houver;
- 11 - Estabelecer parcerias com outras instituições para intercâmbio de informações e materiais; executar projetos interdisciplinares e eventos escolares solicitados pela gestão escolar ou pela secretaria de educação.
- 12 - Disponibilizar informação em qualquer suporte; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação.
- 13 - Tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolver estudos e pesquisas:
- 14 - Realizar difusão cultural; desenvolver ações educativas.
- 15 - Atuar nas bibliotecas municipais, devendo planejar, organizar, manter e atualizar o acervo da biblioteca escolar, observando as normas técnicas de catalogação, classificação e indexação.
- 16 - Realizar outras atividades correlatas com seu cargo.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações próprias do município de Fundão.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Parágrafo Único.** O Impacto Econômico-Financeiro gerado pela despesa proveniente da execução da presente lei se demonstra no quadro abaixo, nos termos estabelecido pela Lei Nacional nº 101/2000.

Período	Impacto financeiro
01/02/2026 A 31/12/2026	R\$ 291.478,03
01/01/2027 A 31/12/2027	R\$ 315.320,63
01/01/2028 A 31/12/2028	R\$ 315.320,63

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Fundão,  
em 11 de fevereiro de 2026.

**ELEAZAR FERREIRA LOPES**  
Prefeito